

TIAGO CAMARINHA LOPES

“O SOCIALISMO NÃO É UMA POLÍTICA ECONÔMICA PARA OS TÍMIDOS”: A TEORIA DE TRANSIÇÃO DE OSKAR LANGE

Recebido em 17/12/2024

Aprovado em 14/01/2026

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1212

“O SOCIALISMO NÃO É UMA POLÍTICA ECONÔMICA PARA OS TÍMIDOS”: A TEORIA DE TRANSIÇÃO DE OSKAR LANGE

Resumo

Este artigo apresenta a teoria de transição do capitalismo para o socialismo e o comunismo de Oskar Lange, fazendo uma análise unitária de seu texto de duas partes intitulado *On the economic theory of socialism* de 1936 e 1937. A estrutura narrativa deste texto revela duas figuras de leitor-interlocutor, o “economista” e o “socialista”, que são fusionadas conforme Lange progride com o argumento. Para Lange, o processo de transição deve ser conduzido por uma determinação revolucionária corajosa e ciente dos obstáculos que serão colocados pelos agentes interessados na manutenção de seus privilégios. A tese defendida aqui é a de que o trabalho *On the economic theory of socialism* precisa ser apreciado em sua unidade integral composta de duas partes do texto principal e do apêndice, para ser reconhecido como um tratado científico-político que registra um passo importante nesta etapa inicial de elaboração do projeto de Lange de síntese entre o arcabouço neoclássico e a economia política marxista.

Palavras-chave: modelo Lange-Lerner; sistemas econômicos; mercado; transição; socialismo; comunismo

TIAGO CAMARINHA
LOPES

Professor da Universidade
Federal de Goiás.

Email: tiagocamarinhalopes@ufg.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5907-777X>

Abstract

This article presents Oskar Lange's theory of the transition from capitalism to socialism and communism, providing a unified analysis of his two-part text titled *On the Economic Theory of Socialism* from 1936 and 1937. The narrative structure of this text reveals two figures of reader-interlocutor, the "economist" and the "socialist," who are merged as Lange progresses with his argument. For Lange, the transition process must be driven by courageous revolutionary determination, aware of the obstacles posed by those interested in maintaining their privileges. The thesis defended here is that *On the Economic Theory of Socialism* should be appreciated in its integral unity, composed of the two main parts and the appendix, to be recognized as a scientific-political treatise that marks an important step in the initial stage of Lange's project to synthesize the neoclassical framework and Marxist Political Economy.

Keywords: Lange-Lerner model, economic systems, market, transition, socialism, communism

I. Introdução

O chamado modelo Lange-Lerner é um construto mental de socialismo de mercado elaborado por Oskar Lange (1904 - 1965) em 1936, que o atualizou dois anos depois após discussão pública com Abba Lerner (1903 - 1982) (Kowalik, 1990). Baseado no arcabouço da economia neoclássica, este modelo é o resultado de uma série de trabalhos publicados na década de 1930 por Taylor (1929), Dickinson (1933), Knight (1936) e Lerner (1934, 1936, 1937, 1938), que remontam a Walras ([1874] 1988), Pareto ([1906] 2014) e Barone (1908a, 1908b). Essa linha de modelagem foi fundamental para demonstrar a tese da similitude formal entre uma economia de mercado perfeitamente competitiva e uma economia de planejamento perfeitamente centralizada, um resultado relevante para o debate sobre o cálculo econômico socialista e para a discussão teórica sobre o *design* de diferentes sistemas econômicos.

Ao invés de apresentar uma visão genérica deste modelo, que é consolidada na literatura e que simplesmente combina essas várias contribuições em uma visão neoclássica padronizada e despolitizada, típica de livros didáticos, sem contexto histórico concreto e autoria individual, este artigo concentra toda sua energia no texto de duas partes de Oskar Lange chamado *On the economic theory of socialism* e publicado na *The Review of Economic Studies* em 1936 (Parte 1) e 1937 (Parte 2) (Lange, 1936, 1937).

O objetivo do artigo é fazer uma apresentação unitária do modelo de socialismo de mercado dentro da filosofia política à qual Lange adere. Especificamente, o artigo explicará como a Parte 2 do opúsculo de Lange, detalhando uma série de políticas econômicas e apresentando sua própria perspectiva sobre o marxismo, complementa a Parte 1, onde o modelo genérico de equilíbrio é introduzido. Essa ligação do arcabouço neoclássico abstrato que domina a Parte 1 com as propostas de Lange para políticas econômicas a fim de facilitar a transição para o socialismo que fica nas páginas mais distantes da Parte 2, é essencial para uma compreensão integral desse trabalho em específico, e contribui para aprofundar a análise mais ampla sobre seu método de sínteses sucessivas em outras etapas da presente pesquisa.

O trabalho de Lange (1936, 1937) *Sobre a teoria econômica do socialismo* usa o desafio de Mises ([1920] 1935) como ponto de partida para apresentar um modelo de socialismo de mercado que, com medidas específicas de política econômica, poderia servir como um mecanismo de transição do capitalismo para o socialismo. Segundo Lange, a implementação consistente dessas medidas, realizada sem “qualquer hesitação, qualquer vacilo e indecisão”, faria o sistema econômico se aproximar gradualmente da “segunda fase do comunismo de Marx” (Lange, 1937, p. 142)¹. Assim, sua proposta de socialismo de mercado não visava manter o *status quo* nem ser um meio-termo eterno, uma espécie de purgatório entre duas opções antagônicas que refletiam a luta de classes do capitalismo maduro, mas buscava sim ser um sistema de transição guiado por “uma política de *coragem revolucionária*” (Lange, 1937, p. 136).

Após esta seção 1 de *Introdução*, o artigo apresenta na seção 2 *A tese de similitude formal, o problema do equilíbrio e a solução teórica* em seu arcabouço neoclássico. Em seguida, o artigo descreve e busca diferenciar sistematicamente na seção 3 *A solução por tentativa e erro em três casos ilustrativos* ao longo de uma linha contínua de possibilidades de combinação entre o mercado e o plano. *A teoria de transição* de Lange é exposta na seção 4, explorando a duplicidade do leitor-interlocutor enquanto “economista” e enquanto “socialista”. Uma *Conclusão* fecha o artigo na seção 5.

2. Similitude formal, o problema do equilíbrio e a solução teórica

A base para a resposta de Oskar Lange ao desafio de Mises ([1920] 1935) sobre a impossibilidade lógica de se realizar contabilidade racional sob o socialismo é a tese da similitude formal entre os dois sistemas econômicos em antagonismo político: o capitalismo e o comunismo. Esta tese, reconhecida por Robbins (1934) e Hayek ([1935] 1963), anuncia que, do ponto de vista formal, tanto um sistema econômico perfeitamente descentralizado

¹ Todas as traduções seguem a versão do trabalho publicado em português: Lange ([1936] 2023).

com propriedade privada integral sobre todos os bens de todas as ordens² quanto um sistema econômico perfeitamente centralizado com propriedade coletiva integral sobre a totalidade dos meios de subsistência e meios de produção podem ser descritos pelo mesmo sistema de equações matemáticas que expressam o equilíbrio geral entre oferta e demanda em todos os setores da economia. De fato, a versão estendida da tese deve revelar que todos os casos intermediários entre estes dois extremos podem ser formalizados da mesma maneira, o que demonstra haver base informacional para se usar recursos de forma econômica em qualquer ordem social concebível.

Conforme Lange, isso ocorre porque existe um significado universal para o conceito de preço, que garante a existência da informação necessária para decidir sobre como usar recursos de forma econômica, de acordo com objetivos estabelecidos. Preço, nesse sentido, se refere à uma categoria econômica geral, presente em todo e qualquer sistema econômico, independente de sua determinação social e histórica e, portanto, sem que haja necessidade de existir propriedade privada.

Utilizando como referência a segunda edição do livro *The Common Sense of Political Economy* de 1933, do economista inglês Philip Wicksteed (1910), e, como apoio secundário, a obra *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie* de Schumpeter ([1908] 1998), Lange explica que o termo preço pode se referir tanto ao montante de dinheiro pelo qual algo pode ser obtido por meio da apropriação privada através da compra quanto aos “termos em que as alternativas são oferecidas” (Lange, 1936, p. 54). No primeiro caso, trata-se de preço em um sentido estreito, um caso específico de preço enquanto “taxa de troca entre duas mercadorias em um mercado” (Lange, 1936, p. 54). No segundo caso, trata-se de preço no sentido geral de uma relação quantitativa que reflete em última instância os coeficientes técnicos de produção. Neste sentido geral, trata-se de preço como a relação quantitativa de equivalência entre valores de uso diferentes, que não possuem um vetor homogêneo de quantificação concreta, mas que

² Sobre o conceito de bens de ordem inferior e superior, ver Menger ([1871] 1950).

podem ser colocados em comparação direta por meio da criação mental de um vetor quantitativo abstrato. Na tradição da economia política pré-neoclássica o termo “valor” era invocado para servir como designação para esse vetor, mas desde a revolução marginalista dos anos 1870 os economistas do *mainstream* não trabalham com a diferenciação conceitual entre valor e preço. De acordo com a interpretação de Lange (1936, p. 55) sobre a Batalha dos Métodos entre os economistas da Escola Histórica Alemã, liderados por Gustav von Schmoller, e os economistas austríacos, encabeçados por Carl Menger, existe, por um lado, validade universal em certos princípios fundamentais da teoria econômica. Por outro lado, outros princípios têm validade mais estreita, sendo próprios de formações socioeconômicas historicamente determinadas. Nesse sentido, os preços de mercado podem coincidir com os preços “em geral” enquanto índices que ilustram sem distorções o grau de dificuldade que a sociedade enfrenta para produzir cada um dos bens que formam a totalidade da riqueza social concreta.³ Isso ocorre, por exemplo, quando se trata de um sistema econômico idealizado de concorrência perfeita. É essa coincidência que está por trás da confusão de Mises, que não separa esses dois sentidos para a expressão preço, do mesmo modo que a escola neoclássica como um todo não distingue entre valor e preço ou não reconhece a especificidade histórica do capitalismo. Segundo Lange, o fato de os preços poderem ser entendidos nesse sentido amplo garante a existência da informação necessária para realizar cálculo

³ Sobre a diferença entre leis econômicas gerais e leis econômicas específicas que Lange continua a elaborar até o fim de sua vida, ver o índice da obra *Political Economy* de Lange ([1959] 1963), p. 351, que aponta os trechos na obra em que Lange trata do assunto, sem que haja uma sistematização bem definida a respeito da grande variedade de leis econômicas que ele conceitua. A edição de *Moderna Economia Política* publicada em 1963 pela editora Fundo de Cultura no Rio de Janeiro (Lange ([1959] 1963B) não contém esse índice, mas o assunto se concentra no capítulo III: As Leis Econômicas. A edição publicada em 1986 dessa mesma tradução do francês por Pedro Lisboa pela editora Vértice de São Paulo também não contém esse índice.

econômico racional sob qualquer sistema, mesmo na completa ausência do mercado.

A solução teórica que Lange apresenta para o problema de determinação no equilíbrio consiste em descrever a situação hipotética de um mercado competitivo perfeito que já se encontra neste ponto de repouso. Duas características são elencadas para descrever esse mercado competitivo: o número de agentes é grande o suficiente para que todos sejam tomadores de preço e há livre entrada e saída de todos os setores (Lange, 1936, p. 57).

Em seguida, Lange elenca três condições de equilíbrio: a condição subjetiva (A), a condição objetiva (B) e a condição que expressa a organização social do sistema econômico (C), explicando que elas geram a solução teórica.

A condição subjetiva (A) estabelece o comportamento dos agentes. O princípio comportamental para este exemplo ignitor da solução teórica, que é o mercado competitivo perfeito, é o padrão da ação autointeressada mediada pela forma social mercadoria: todos os agentes se reproduzem materialmente via mercado, tentando comprar pelo menor preço possível e vender pelo maior preço possível as mercadorias sob sua propriedade. Assim, os agentes buscam maximizar sua utilidade, lucro ou renda conforme sua categoria. Três categorias são descritas: consumidores, produtores e proprietários dos derradeiros recursos produtivos “(trabalho, capital e recursos naturais)” (Lange, 1936, p. 58).⁴

A condição objetiva (B) estabelece os parâmetros técnicos da estrutura produtiva que definem os preços de produção, assegurando um único conjunto de preços de equilíbrio para todo o sistema quando as curvas de oferta e demanda são funções monotônicas.

⁴ Há confusão na divisão das categorias aqui por parte de Lange. Um alinhamento mais adequado com o quadro teórico marxista precisa organizar os agentes e os fatores de produção tipificados no modelo neoclássico se reportando diretamente ao conceito geral de proprietários privados (portadores de mercadorias) que abarca qualitativamente todos os agentes de modo idêntico devido à igualdade jurídica burguesa. Os três elementos simples do processo de trabalho (1. atividade orientada a um fim, o trabalho mesmo; 2. seu meio e 3. seu objeto), conforme elaborado por Marx no capítulo 5 do *Capital*, precisam por sua vez ser transmutados para o conceito de fatores de produção sem ambiguidades, coisa que Lange não faz aqui.

A condição (C) define o exemplo que já fora anunciado por Lange quando iniciou a descrição das características de um mercado competitivo como sendo composto por inúmeros agentes sem qualquer poder de monopólio. Ela “afirma que as rendas dos consumidores são iguais às suas receitas provenientes da venda dos serviços dos derradeiros recursos produtivos que eles possuem” (Lange, 1936, p. 59). Isso significa que a parte do produto social que cabe a cada agente é determinada exclusivamente pela receita oriunda da venda de suas mercadorias, o que é uma outra forma de expressar que a estrutura distributiva é integralmente determinada via mercado.

Apesar dessa solução teórica utilizar a situação de concorrência perfeita como suporte argumentativo, acreditamos que não há necessidade disso. Em termos de apresentação lógica, deveria entrar aqui uma exposição puramente matemática deste ponto de equilíbrio que abstrai das relações sociais de produção. Como em Walras ([1874] 1988) ou Sraffa ([1960] 1985), por exemplo, pode-se conceber simplesmente uma sequência de matrizes insumo-produto cujas relações quantitativas de igualdade entre valores de uso qualitativamente diferentes expressam o conjunto de preços que coloca o sistema em reprodução permanente. Nesse tipo de exposição, não há necessidade de se explicar como se chegou a esse ponto, se pelo caminho do mercado livre ou do planejador onisciente: escreve-se simplesmente a solução matemática, sem se preocupar com a contrapartida real que aquele sistema de equações representa.

3.A solução por tentativa e erro em três casos ilustrativos

Depois de descrever a solução teórica como uma resposta matemática para um sistema de equações, Lange reconhece que de fato precisamos explicar mais detalhadamente como a economia, a contrapartida real sendo representada por esse sistema de equações, se movimenta para o assim chamado ponto de equilíbrio. O problema de se locomover até o ponto de equilíbrio é solucionado por tentativa e erro (Lange, 1936, p. 59). No restante da Parte I de seu artigo *On the economic theory of socialism*, Lange (1936, p. 59-70)

verifica se e como o processo de tentativa e erro funciona em três situações distintas: em um mercado competitivo, em um sistema socialista menos centralizado e em um sistema socialista mais centralizado. Essas três situações representam três pontos ao longo de uma linha contínua. De um lado, está o caso extremo de um sistema econômico descentralizado de mercado puro, do outro lado, o caso extremo de um sistema econômico centralmente planejado puro, e no meio um caso intermediário que se poderia chamar de sistema econômico misto.⁵

3.1 A solução por tentativa e erro em um sistema de mercado competitivo

O mecanismo de ajuste das quantidades ofertadas e demandadas por tentativa e erro em um mercado competitivo decorre do comportamento de agentes completamente livres⁶ para perseguirem suas funções objetivo (maximizar utilidade, lucro, renda, etc). Aqui, os preços exercem uma função paramétrica que baliza a conduta dos agentes, uma vez que cada agente trata os preços como informação dada, sobre a qual ele não tem influência, apesar de os preços serem o próprio resultado da ação conjunta de todos esses agentes absolutamente livres no sentido jurídico de poderem usar os bens sob sua propriedade como bem entenderem.

Lange explica que os preços de mercado se direcionam rumo aos índices que expressam as condições objetivas de equilíbrio (B) pelo processo chamado *tâtonnement*, conforme demonstrado por Walras ([1874] 1988) em seu

⁵ A nomenclatura de cada ponto é bastante flexível. O importante é notar que cada ponto da linha representa uma condição (C) específica que expressa a organização social do sistema econômico naquele ponto. Não há como determinar a partir de que altura da linha se está falando de uma sociedade capitalista ou socialista. A diferença entre os sistemas deve ser analisada do ponto de vista dialético, onde o acúmulo de pequenas mudanças quantitativas geram mudanças de ordem qualitativa. Sobre essa variação terminológica, ver a nota 2 de Lange (1936), p. 60, onde ele comenta os termos socialismo, coletivismo e comunismo na literatura da pré-Primeira Guerra Mundial.

⁶ Livres no sentido burguês, enquanto livres proprietários privados de valores de uso, incluindo força de trabalho, que assumiram a forma social mercadoria. Lange não faz essa ponderação sobre o conceito de liberdade nessa etapa, que é crucial na crítica da economia política de Marx e completamente ausente no discurso apologético da economia vulgar.

livro *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. No ponto de equilíbrio, os preços de mercado, empíricos, colapsam sob as taxas que refletem a relação quantitativa de equivalência entre diferentes valores de uso que garantem a reprodução material do sistema (tanto simples quanto ampliada) ao longo do tempo.

Para ilustrar a caminhada rumo a este ponto, Lange sugere que o sistema comece a rodar a partir de um conjunto de preços aleatórios, que poderiam ser retirados de uma urna imaginária (Lange, 1936, p. 59). A partir daí, cada item em negociação como mercadoria começa com um preço que fornece informação aos agentes a respeito do quanto devem demandá-lo e ofertá-lo, de acordo com suas funções objetivo. Neste momento, Lange avisa que as condições objetivas (B) de equilíbrio, que representam a base material técnica do processo de transformação de insumos em produtos, delimitam a perseguição das preferências subjetivas dos agentes. A combinação das condições subjetivas (A) e objetivas (B) de equilíbrio (condições de equilíbrio *stricto sensu*) empurra o sistema de preços para a solução de igualdade entre oferta e demanda em todos os setores, respeitando as regras sociais de organização da produção e da distribuição, contidos na condição (C). Por fim, Lange lembra que o exercício de retirar números de uma urna para formar os preços de partida tem função de ilustração lógica. “Na verdade, são os preços *dados historicamente* que servem como base para o processo de tentativas sucessivas” (Lange, 1936, p. 60).

De toda forma, quando o sistema é um mercado de competição perfeita e as regras sociais de organização da produção e distribuição são exclusivamente baseadas na troca de mercadorias em que se respeita a lei do valor, emerge um ponto de convergência entre os interesses particulares e públicos. Na verdade, sendo este o caso extremo de mercado puro, tal ponto reflete a maximização dos interesses particulares delimitada pelas condições objetivas de reprodução material do sistema como um todo, porque na função utilidade dos agentes não existe espaço para a entrada de bem-estar vindo da esfera pública. Neste sistema, não existe esfera pública.

3.2 A solução por tentativa e erro em um sistema socialista menos centralizado (economia mista)

Para averiguar como o mecanismo de tentativa e erro opera em uma economia socialista, Lange explica que é necessário “definir que tipo de sociedade socialista nós temos em mente” (Lange, 1936, p. 60). Ele destaca que simplesmente definir os meios de produção como sendo propriedade pública não determina a lógica de distribuição dos bens de consumo aos consumidores e de alocação das pessoas nas diversas ocupações, nem o princípio que guia a produção dos bens. Por isso, neste segundo caso, o de um sistema socialista menos centralizado, Lange assume, em referência ao primeiro caso, o de um sistema de mercado competitivo, onde “a liberdade de escolha no consumo e a liberdade de escolha de ocupação estão mantidas” e onde “as preferências dos consumidores, expressas por seus preços de demanda, são o critério de guia da produção e alocação de recursos” (Lange, 1936, p. 60).

Esse pressuposto de liberdade individual para montar a própria cesta de consumo e para assumir a responsabilidade por um ofício específico garante a existência de um mercado de bens de consumo e de trabalho. Mas agora não existe um mercado para os bens que funcionam como meios de produção (que Lange chama de “bens de capital e recursos produtivos que não trabalho”, buscando seguir a terminologia neoclássica). Consequentemente, os preços dos bens nessa classe são preços naquele sentido amplo de “índices de alternativas disponíveis, fixadas para propósitos de contabilidade” (Lange, 1936, p. 61).

Como as condições subjetivas (A) e objetivas (B) empurram o sistema para o equilíbrio nesse caso em que a terceira condição (C), “que expressa a organização social do sistema econômico” (Lange, 1936, p. 57), mudou significativamente?

Aqui, o comportamento dos agentes é determinado pelo conjunto de condições subjetivas (A) que define o seguinte: agentes consumidores e vendedores da mercadoria força de trabalho agem exatamente da mesma forma

como no caso de um mercado competitivo. Eles buscam maximizar sua utilidade buscando ampliar a distância entre a desutilidade do trabalho e os ganhos de bem-estar oriundos dos bens que vão compor sua cesta de consumo livremente montada no mercado. Contudo, temos agora um novo sujeito que faz parte da população de agentes: os gerentes de produção das diversas unidades produtivas que criam diferentes valores de uso. Supõe-se que são oficiais públicos (Lange, 1936, p. 61), responsáveis por conduzir as empresas em substituição aos proprietários privados de meios de produção, e decidem sobre o uso daqueles recursos para os quais não existe mercado, os bens que compõem os meios de produção. Suas decisões “não são mais guiadas pelo objetivo de maximizar o lucro. Ao invés disso, existem certas regras impostas sobre eles pelo Conselho de Planejamento Central, que busca satisfazer as preferências dos consumidores da melhor maneira possível” (Lange, 1936, p. 62).

A condição objetiva (B) estabelece a igualdade entre oferta e demanda para todos os bens do sistema. A diferença aqui é que parte dos bens não se converte em mercadoria, por serem bens públicos, e, desse modo, o ajuste entre oferta e demanda não tem como ser feito pela interação livre dos agentes que compram e vendem esses bens. Por isso Lange pergunta: “se não há mercado (no sentido institucional da palavra) para bens de capital nem para os derradeiros recursos produtivos que não trabalho, seus preços podem ser determinados objetivamente?” (Lange, 1936, p. 63). Sua resposta é um categórico sim. Para tanto, fica definido e garantido politicamente pelo Conselho de Planejamento Central que a decisão de produção pelos oficiais públicos que controlam as empresas deve perseguir o atendimento das demandas dos agentes consumidores. Desse modo, o sistema pode começar a rodar a partir de qualquer conjunto de preços arbitrários definido pelo Conselho de Planejamento Central (a retirada de números de uma urna também serve, embora na realidade os preços históricos devem acabar sendo a referência para a definição política do Conselho). Os índices-preço de cada recurso produtivo são então ajustados para zerar a fila de pedidos ou a lista de bens disponíveis para serem consumidos no processo de produção.

Em relação à condição (C) existe agora uma dinâmica distributiva diferente. Antes, a totalidade da renda dos agentes era formada pela entrada referente ao pagamento de seus bens ou serviços vendidos no mercado. Nesse novo cenário, parte da renda pode entrar no orçamento individual de cada agente por meio da transferência direta do Estado, conforme regras estabelecidas fora da lógica de mercado. Assim, a renda dos consumidores poderá ser formada por dois componentes: “uma parte sendo a receita pelos serviços de trabalho realizados e outra parte sendo um dividendo social formando a parcela que o indivíduo detém na renda derivada do capital e dos recursos naturais de propriedade da sociedade” (Lange, 1936, p. 61). Ou seja, um componente referente à sua interação no mercado de bens de consumo, que forma o setor privado da economia, e um referente à renda pública angariada pelo Estado como proprietário dos meios de produção e compartilhada com a população por regras a serem definidas para utilização do setor público da economia. O esquema de distribuição desse dividendo social a cada membro da sociedade está em aberto, embora Lange defenda que ele deva seguir certos princípios que precisam ser discutidos tendo em vista o processo de transição para o socialismo e o comunismo.

Em síntese, o argumento de Lange nesta etapa é a de que quando os meios de produção estão sob controle político de um Conselho de Planejamento Central, ao invés de estarem nas mãos de agentes privados, o mecanismo de ajuste entre oferta e demanda de todos os bens por meio de tentativa e erro também funciona. Aqui, a economia está dividida em um setor privado e um setor público, e embora Lange tenha tentado traçar uma linha divisória nítida entre eles com base na distinção entre bens de consumo e bens de produção, é notório que as complexidades dessa demarcação extrapolam em muito a capacidade analítica superficial do arcabouço neoclássico.

Especificamente neste caso da economia mista, Lange (1936, p. 64-66) menciona brevemente duas complicações: (i) o fato de que o dividendo social interfere na ação livre dos agentes consumidores e fornecedores de trabalho e (ii) o fato de que, sendo os meios de produção propriedade pública,

a divisão do produto total entre investimento e consumo não é assunto privado. Assim, a definição sobre a velocidade de acumulação, reposição ou depreciação dos meios de produção coloca diversos elementos de conflito em torno da definição da taxa de “juros” global da economia. Essa tensão entre os agentes consumidores e o Conselho de Planejamento Central parece ser sistêmica na economia mista, de modo que aquela liberdade absoluta do agente no caso extremo de mercado puro foi definitivamente perdida, embora Lange acredite que esse preço é “mais que compensado pelas vantagens que uma economia socialista oferece” (Lange, 1936, p. 65-66).

Dentre os três casos ilustrativos, este é aquele que Lange advoga como modelo de orientação de uma política econômica concreta, ao que tudo indica, porque ele representa a realidade complexa da coexistência entre o setor público e o setor privado, tanto do capitalismo como do socialismo realmente existentes.

3.3 A solução por tentativa e erro em um sistema socialista mais centralizado

O terceiro caso ilustrativo do mecanismo de ajuste entre oferta e demanda por tentativa e erro é de um outro tipo de sistema socialista, muito mais radical que o anterior. Agora, Lange pressupõe que os agentes consumidores não têm mais liberdade nem para montar suas cestas de consumo via mercado, nem para ocupar aquelas vagas ofertadas no mercado de trabalho que melhor atendam suas próprias funções de utilidade individual. Na ausência completa de um sistema de preços livre que funcione como canal de transmissão das informações de demanda para as unidades de produção responsáveis pela oferta, a totalidade do sistema econômico precisa gravitar em torno de uma única estrela alternativa àquela que brilhava sozinha como centro referencial no caso extremo oposto, de mercado competitivo puro.

Por isso, o critério de guia da produção e alocação de recursos, tanto de consumo como produtivo, não sofre mais qualquer influência pela preferência

dos agentes consumidores expressa em seu poder de compra, mas é completamente determinado pela escala de preferências definida politicamente pela “burocracia responsável pela administração do sistema econômico” (Lange, 1936, p. 68). Essa é a condição (C) neste terceiro caso. Ela alude à organização social de um sistema econômico de “caráter antidemocrático”, incompatível “com os ideais do movimento socialista” e que “difícilmente seria tolerado por qualquer povo civilizado.” (Lange, 1936, p. 70). Apenas em situações extremas de defesa do processo revolucionário proletário, como no caso do comunismo de guerra na Revolução Russa, é que a população trabalhadora suporta tais restrições, que não devem se prolongar muito.

Agora, todos os preços de todos os bens, do mais básico item de consumo ao mais complexo bem de produção, são preços naquele sentido amplo de termos em que alternativas são oferecidas, como meros preços de contabilidade (*accounting prices*). Lange argumenta que, do mesmo modo que esses índices podiam seguir uma função paramétrica para respeitar as restrições técnicas (condições objetivas (B)), eles podem ser agora levados ao ponto de equilíbrio que também atende às condições subjetivas (A).⁷

Como isso ocorre? Nesse caso, o Conselho de Planejamento Central define quais bens serão produzidos e em que quantidade. Os bens de consumo são “administrados aos cidadãos por racionamento” (Lange, 1936, p. 68) e o trabalho é distribuído por designação. Fixando unilateralmente uma escala de preferências, o Conselho de Planejamento Central estabelece uma base que funciona como parâmetro de comparação quantitativa entre os diferentes bens. Com isso, os gerentes de produção recebem a ordem de proceder com a produção, combinando a escala de preferência do Conselho de Planejamento Central (condição subjetiva A) com os limites impostos

⁷ Poderíamos dizer que as condições subjetivas (A) aqui são impostas de cima para baixo numa estrutura hierárquica análoga ao sistema de mercado capitalista realmente existente: quem está no topo da cadeia de comando não são mais agentes privados proprietários de meios de produção significativos, mas sujeitos cujo poderes derivam de um processo estruturante de hierarquia alheio às normas que colocam a classe burguesa no comando do Estado. Apesar dessa distinção importante, a princípio nada garante que a mudança de sujeitos no topo da hierarquia vá de fato mudar a vida cotidiana dos sujeitos na base.

pela estrutura técnica disponível (condição objetiva B, dada pela função de produção ou pelo conjunto do sistema de coeficientes técnicos de produção na terminologia da economia do insumo-produto).

O ponto de partida para a definição da escala de preferências é de novo arbitrário. Por isso, mesmo que o Conselho defina uma escala de preferências “maluca” do tipo alocação absoluta de todos os recursos na produção de armas e de zero recursos na produção de manteiga, devido às restrições objetivas de reprodução material do sistema como um todo, tal escala deve ajustar-se gradualmente para pelo menos atender suas necessidades objetivas de reprodução, incluindo as necessidades básicas de toda a população (como alimentação, vestimenta, moradia, etc). O atendimento das preferências subjetivas dos agentes, por sua vez, é também importante do ponto de vista da estabilidade social do sistema, mas muito mais flexível que as condições objetivas.

Neste ponto, Lange destaca que quando a divergência entre as preferências do Conselho de Planejamento Central e as preferências dos agentes consumidores é significativa, emerge uma economia paralela ou um sistema dual de preços: o mercado brota e se desenvolve, na ilegalidade. Essa duplicidade “revelaria ao povo que os burocratas do Conselho de Planejamento Central alocam os recursos produtivos da comunidade segundo uma escala de preferência diferente da dos cidadãos” (Lange, 1936, p. 71).

Entretanto, essa tensão, por mais importante e característica que seja deste terceiro caso, não é exclusividade sua. Tal desalinhamento é cotidiano na sociedade capitalista realmente existente. Com base no ferramental argumentativo neoclássico, Lange (1936, p. 71) aponta que toda interferência política no sistema de preços cria uma disparidade entre o agente individual e o organismo social a que ele pertence, dando como exemplo satírico o desencorajamento do consumo de uísque e o estímulo à leitura das obras de Marx (e da Bíblia) por meio da fixação dos preços pela autoridade estatal. Do ponto de vista social, parece haver entendimento de que o cidadão deve ler, se educar, etc., mas, do seu próprio ponto de vista individual, ele pode muito bem preferir se embriagar. A mediação entre interesse coletivo e

interesse particular é um processo real que só some por mágica no mundo fantástico em que reina a máxima “vícios privados, benefícios públicos” de Mandeville. No mundo real essa dinâmica de atrito é superada com o processo educativo e de formação política.

Por meio de tentativa e erro, a burocracia pode fazer sua escala de preferências se aproximar da escala de preferências do povo, tanto fazendo concessões quanto exigindo ajustes de conduta por parte da população. O argumento de Lange ao encerrar a Parte 1 de seu artigo é que tal mecanismo não é exclusividade de um sistema econômico de mercado. Em sua visão, ele também funciona em sistemas mistos, e até em um sistema de completa ausência do setor privado.

4.A teoria de transição de Lange

A Parte 2 do artigo de Lange (1937), *On the Economic Theory of Socialism*, é composta por quatro momentos.

No primeiro, Lange interage com seu interlocutor-leitor “economista” para comparar os sistemas econômicos capitalista e socialista a partir das métricas neoclássicas de bem-estar social, seguindo seus modos de expressão “comportados” e “neutros”, mas já sendo perceptível que o arcabouço usado na Parte 1 de *On the Economic Theory of Socialism* não comporta mais o grau de complexidade requerido para analisar a realidade histórica e socioeconômica do processo de transição. No segundo, ele começa de fato a abandonar o linguajar do *mainstream* neoclássico ao admitir que a questão principal para o cientista econômico é averiguar qual sistema tem de fato condições de possibilitar o avanço das forças produtivas. No terceiro momento, Lange trata da transição em si, descrevendo medidas a serem adotadas para contribuir com o processo de transformação efetiva da ordem econômica e política e culminando sua exposição em um clímax de convocação do economista como conselheiro de um governo socialista. O quarto momento é um epílogo na forma de um apêndice dedicado a uma revisão da literatura

marxista a respeito da alocação dos recursos sob o socialismo, onde o narrador Lange se direciona ao leitor como se ele tivesse se transmutado da figura do “economista” para a figura do “socialista”.

4.1 Defesa do socialismo pelo economista neoclássico

Ao comentar que tanto uma economia de mercado competitivo como uma economia socialista estão submetidas ao mesmo conjunto de regras de consistência e de eficiência na sua execução, Lange elabora uma pergunta crucial, ainda que retórica, no sentido de ele estar nessa etapa do artigo raciocinando como um economista que percebe as vantagens do socialismo (o título da primeira seção da Parte 2 é: “The economist’s case for socialism” [A posição do economista em favor do socialismo]).

A pergunta é: se os dois sistemas podem realizar a contabilidade econômica racional, por que o economista precisa se dar ao trabalho de criar um canal alternativo de obtenção das informações acerca das demandas dos agentes e dos coeficientes técnicos de produção? Considerando que o esforço anterior foi no sentido de descrever como o Conselho de Planejamento Central tenta imitar o processo de ajuste de um mercado competitivo, por que não adotá-lo de forma direta, ao invés de construir um aparato artificial cujo propósito é se tornar algo que já existe naturalmente?

Lange explica que a identidade em questão é puramente formal, e que, devido à realidade histórica concreta, não se pode usar o modelo imaginário de um sistema econômico cuja totalidade dos setores opera em concorrência perfeita como parâmetro para julgar a performance de sistemas econômicos reais quanto à sua produção de bem-estar social. São duas as principais características que distinguem realmente a economia socialista da economia capitalista.

A primeira se refere à estrutura de distribuição da renda. No plano abstrato, é admissível conceber um sistema econômico de mercado em que a propriedade privada sobre os meios de produção tem uma estrutura de distribuição perfeita, porque no papel não existe contingenciamento histórico,

mas apenas balizas lógicas que podem existir fora do tempo e do espaço. O capital enquanto movimento de expansão infinita pode até ser entendido como uma lógica autossuficiente passível de ser descrita nesse vácuo, mas o capitalismo definitivamente não. Ele existe num plano concreto de modo que a distribuição dos meios de produção sempre é “um dado histórico que se origina independentemente de exigências da maximização do bem-estar social” (Lange, 1937, p. 123). A concentração no capitalismo, necessária enquanto etapa histórica para o desenvolvimento das forças produtivas, chegou a um ponto de crise, considerando o contexto histórico mundial dos anos 1930:

sob o capitalismo, a distribuição de propriedade dos recursos produtivos derradeiros é muito desigual, uma grande parte da população possui apenas sua força de trabalho. Sob tais condições, o preço de demanda não reflete a urgência relativa das necessidades de diferentes pessoas e a alocação de recursos determinada pelo preço de demanda oferecido pelos bens de consumo está longe de atingir o máximo de bem-estar. Enquanto alguns estão morrendo de fome, outros podem se entregar ao luxo. Em uma sociedade socialista, a renda dos consumidores poderia ser determinada de modo a maximizar o bem-estar total de toda a população. (Lange, 1937, p. 123, 124)

A segunda característica de distinção real entre capitalismo e socialismo é a abrangência dos itens que entram no sistema de preços. Pelos exemplos elencados por Lange aqui, trata-se da amplitude dos custos internalizados pelas empresas. O proprietário privado de meios de produção maximiza sua função objetivo particular ao externalizar sem pudor custos importantes, que afetam negativamente o bem-estar público:

Um sistema econômico baseado na iniciativa privada pode apenas muito imperfeitamente levar em conta as alternativas sacrificadas e realizadas na produção. Alternativas mais importantes, como a vida, a segurança e a saúde dos trabalhadores, são sacrificadas sem serem contabilizadas como custos de produção. Uma economia socialista seria capaz de colocar *todas* as alternativas em sua contabilidade econômica. Por isso, avaliaria *todos* os serviços prestados pela produção e levaria em conta todas as alternativas

sacrificadas; como resultado, também seria capaz de converter seus custos indiretos sociais em custos primários. Ao fazê-lo evitaria muito do desperdício social ligado à iniciativa privada. (Lange, 1937, p. 125, 126)

Assim, colocando-se no lugar de um economista qualquer, cujo trabalho científico deve estar a serviço da maximização do bem-estar social (como bem enuncia a própria ciência econômica burguesa), Lange argumenta que essas duas características tornam o sistema socialista obviamente superior em comparação com o sistema capitalista em geral e, de forma especial, com o sistema capitalista realmente existente “em que grande parte dos participantes do sistema econômico está privada de qualquer propriedade de recursos produtivos que não o seu trabalho” (Lange, 1937, p. 126).

Lange ainda explora eventuais pontos de desvantagem do socialismo que tal economista poderia elencar, como a arbitrariedade da taxa de acumulação de capital (como comentado anteriormente sobre a taxa de “juros”), que pode não refletir a preferência temporal do fluxo de renda de muitos agentes e a eficiência dos funcionários públicos em comparação com os empresários privados como gerentes de produção.

Contra o primeiro ponto Lange argumenta que essa restrição da liberdade individual quanto à definição da velocidade de acumulação, que poderia afetar o bem-estar social negativamente, é facilmente compensada por outras vantagens do socialismo. Além disso, Lange (1937, p. 127) invoca o então recém-publicado livro de Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda*, para argumentar que, numa economia capitalista, a tentativa de poupar feita por todos os agentes ao mesmo tempo sem que haja contrapartida de investimento ocasiona um aumento da pobreza ao invés da riqueza.

Contra a reticência a respeito da performance dos servidores públicos atuando como gerentes de produção, Lange tenta rebater argumentando que uma comparação rigorosa deveria na verdade comparar esses funcionários públicos com os funcionários das grandes corporações sob o capitalismo, e não com os pequenos empreendedores. Lange reconhece que esse é um problema importante, mas que está fora do escopo da teoria econômica, sendo uma

questão a ser tratada pelo sociólogo. Para Lange, a burocratização da vida econômica parece sim ser o perigo real do socialismo, mas este é o mesmo perigo que ronda o capitalismo realmente existente, monopolista ou corporativista, de tal maneira que se poderia registrar um empate neste quesito.

4.2 Defesa do socialismo pelo economista marxista

Deixando de lado o argumento neoclássico de um economista que raciocina com base na teoria do bem-estar social, Lange começa a se aproximar do linguajar de um economista marxista. As complexidades da realidade capitalista, o contingenciamento histórico e a multiplicidade de assuntos sobre os quais o economista neoclássico não tem o que dizer, exigem uma complementação difícil ao que foi apresentado até aqui. Por isso, ele agrega aos manuais de Economia Política da linha de Walras e Marshall o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels como seu amparo bibliográfico. O Manifesto abre destacando o papel progressista da burguesia enquanto promotora do desenvolvimento das forças produtivas nos séculos 18 e 19, para demonstrar depois que a continuação de tal progresso só pode se dar sob a liderança da classe trabalhadora de todos os países. No que tange à comparação entre capitalismo e socialismo,

(...) o ponto realmente importante na discussão dos méritos econômicos do socialismo não é comparar a posição de equilíbrio de uma economia socialista com a de uma economia capitalista com respeito ao bem-estar social. Mesmo sendo tal comparação interessante para o teórico econômico, esta não é a questão real na discussão sobre o socialismo. A verdadeira questão é *se a continuação da manutenção do sistema capitalista é compatível com o progresso econômico*. (Lange, 1937, p. 128)

No pós-*crash* de 1929 e diante do contexto histórico do capitalismo da primeira metade do século 20, já sistematizado teoricamente pelos pioneiros da teoria da competição imperfeita e da economia industrial como Joan Robinson e Chamberlin, como Lange (1937, p. 127) nota ao contrastar suas abordagens com a análise irrealista de Walras e Marshall, haveria três alternativas para resolver a crise.

A primeira seria tentar retornar ao período de expansão comercial protagonizado pelos Estados nacionais modernos europeus. Nessa época, como as possibilidades de novas ligações entre mercados distantes eram muitas, os capitais dispersos estavam em condições de relativa competição. Obviamente, tal disputa era acompanhada pela força dura da política mercantilista, explicitando que mesmo um capitalismo concorrencial realmente existente, referido por Lange (1937, p. 131), como “livre concorrência”, se respalda na mão pesada do Estado. Somente internamente aos capitalismos nacionais em formação, os mercados pareciam não ter barreiras de entrada e os sujeitos eram todos relativamente iguais, tomadores de preços. Lange argumenta que esta alternativa pode até ser possível, mas seu resultado é um desastre para o desenvolvimento das forças produtivas: ela implica a manutenção de pequenas unidades produtivas que travam o avanço técnico devido à ausência de economias de grande escala.

A segunda alternativa seria o controle estatal da economia, que envolve um embate de determinação política deste controle. Sendo a classe capitalista a dominante nesse embate, tal controle poderia se expressar na geração de empregos para acolher a massa proletária dentro do sistema, o que somente atenua a crise de forma momentânea e não a soluciona. Da mesma forma, haveria a tentativa de adotar um planejamento da produção e do investimento sem que se abolisse a propriedade privada dos meios de produção. Lange (1937, p. 132) acredita que esse tipo de planejamento dificilmente pode ser bem-sucedido.

A terceira alternativa, o socialismo, é o caminho explicitamente defendido por Lange. Para ele, quando o estado de coisas no capitalismo

(...) tiver se tornado insuportável, quando sua incompatibilidade com o progresso econômico tiver se tornado óbvia, e quando tiver sido reconhecido que é impossível retornar à livre concorrência, ou ter com sucesso o controle público sobre as empresas e sobre o investimento sem tirá-los das mãos privadas, então o socialismo sobrarão como a única solução disponível. É claro que esta solução será contestada por aquelas classes que têm interesse no *status quo*. A solução socialista, portanto, só pode ser realizada depois que o poder político dessas classes tiver sido quebrado. (Lange, 1937, p. 133)

4.3 A transição em si e o economista como conselheiro do governo socialista

Segundo Lange, quando se trata de uma economia socialista abstrata e a-histórica, já estabelecida por meio da definição de parâmetros *a priori* por parte do teórico, não existe qualquer dificuldade. Contudo, o problema da transição real para este estado de coisas apresenta questões sobre as quais o economista precisa se debruçar.

A primeira é sobre se a coletivização dos meios de produção de empresas-chave deve ser a primeira ou a última etapa da política de transição. Lange é da opinião de que essa desapropriação deve se dar no primeiro instante. O novo regime político deve proceder imediatamente com a medida econômica de socialização dessas indústrias e bancos. Isso porque (conforme ele desenvolve na Parte 2 do artigo, aparentemente em contraste com a Parte 1), a economia mista que embola a separação entre setor privado e público é uma situação instável e tensa, onde o Estado socialista tem dificuldade de controlar ou supervisionar a iniciativa privada operando empresas de relevância sistêmica na economia.

Este é um ponto que exige atenção. Oskar Lange se posiciona abertamente contra o *gradualismo* econômico e em favor da política de choque enquanto programa de socialização “*at one stroke*” [em uma única paulada] (Lange, 1937, p. 134).⁸ Contudo, não se trata de um ataque que atinge a totalidade do setor privado. Para Lange, essa ofensiva deve ser cirúrgica, no sentido de separar e proteger aquela outra parte do setor privado que pode e deve seguir existindo no socialismo (e até no comunismo, na fase mais avançada da transição).

Em sua perspectiva, quando se adota uma socialização gradual genérica, sem definição clara sobre a linha que separa de imediato os setores

⁸ O debate de reforma econômica via transição gradual ou súbita foi mais intensamente sistematizada apenas no contexto de restabelecimento dos mercados nas ex-repúblicas soviéticas do Leste europeu nos anos 1970 e 1980. O tratamento de choque que pode caracterizar a posição de Lange é portanto na direção oposta ao que veio a ser denominado de terapia de choque no momento de ascensão do neoliberalismo. Sobre o debate da reforma e desconstrução das economias de comando sob influência do modelo soviético, assim como a influência de Lange sobre o conceito de socialismo de mercado no fim do século 20, ver Weber (2023, p. 196-198).

coletivizados dos setores privados, as incertezas a respeito da segurança jurídica da propriedade privada irão gerar inevitavelmente sabotagem e resistência econômica efetiva por parte desses proprietários. Mesmo se o governo definisse um caminho de avanço da desapropriação ao longo do tempo, para eliminar essa incerteza, ele não evitaria a resistência organizada dos capitalistas (a não ser talvez se isso se desse no curtíssimo prazo a fim de inviabilizar o sucesso dessa reação):

Se o governo socialista socializa hoje as minas de carvão e declara que a indústria têxtil vai ser socializada após cinco anos, podemos ter certeza de que a indústria têxtil estará arruinada antes de ser socializada, pois os proprietários ameaçados de desapropriação não têm incentivo para fazer os investimentos e melhorias necessárias, nem para gerenciá-las com eficiência, e nenhuma supervisão do governo ou medidas administrativas podem lidar eficazmente com a resistência passiva e sabotagem dos proprietários e administradores. (Lange, 1937, p. 134)

Ao mesmo tempo que a socialização deve avançar com velocidade máxima, abarcando as indústrias e bancos-chave, o Estado socialista precisa “declarar de forma inequívoca que tipos de propriedade e empreendimento vão permanecer em mãos privadas e *garantir sua segurança absoluta*” (Lange, 1937, p. 135). Ou seja, o socialismo que Lange vislumbra aqui não é contra a propriedade privada em si. A investida contra a propriedade privada deve ser feita apenas contra aquele tipo de propriedade privada que gera privilégios sociais para um grupo minoritário e miséria para a massa do povo ou que bloqueia o progresso econômico. Ilhas de pequenos produtores de mercadorias independentes podem estar contidas no sistema oceânico socialista, uma vez que cumpram funções socialmente úteis e não atravanquem o desenvolvimento das forças produtivas.⁹

⁹ Lange não problematiza a identificação dos setores-chave que devem ser desapropriados, como se essa fosse uma tarefa óbvia e sem opiniões técnicas divergentes. Para uma grande variedade de propriedades privadas, que estão no estrato médio, não parece ser trivial descobrir quais delas estão cumprindo sua função social e quais não. Esse parece ser “o problema do kulak” no contexto soviético. Esse ponto precisa ser mais bem analisado.

Para Lange, pois, a mesma resolução para dissolver a propriedade privada de setores estruturais para o sistema como um todo deve ser adotada para garantir a propriedade privada de pontos estratégicos que angariam um apoio muito importante ao governo socialista. Lange (1937, p. 135) menciona explicitamente pequenos empreendedores e titulares de depósitos de poupança, pequenas ações e detentores de títulos, mas poderíamos acrescentar os camponeses no campo, considerando o panorama da Revolução Russa ocorrida apenas alguns anos antes.

O ponto essencial desenvolvido por Lange aqui é que o processo de subordinação do mercado e da lei do valor ao planejamento econômico socialista deve ocorrer em conjunto com um trabalho de formação e educação dos pequenos proprietários sobre as vantagens do socialismo para todos que vivem de seu próprio trabalho, incluindo aqueles que possuem seus próprios meios de produção capazes de empregar alguns poucos trabalhadores assalariados. Sem esse cuidado, a dinâmica imediatista da forma mercadorria faz a ideologia burguesa proliferar e se enraizar em uma faixa muito grande da população, presa do dilema da classe média.

Em suma, ao aconselhar o governo socialista durante a travessia, o economista não pode ter medo. Sua insegurança põe em dúvida a fronteira entre setor público e privado. Seu desconhecimento sobre a conexão intrincada entre o universo do mercado e o universo do plano coloca em perigo o projeto socialista. Sua cautela ao interferir apenas minimamente no sistema livre de preços, no intuito de gerar pequenas melhorias no sistema econômico capitalista, sinaliza fraqueza. Ele faz menção de avançar e percebe que está sob controle. As fúrias do interesse privado são seu ventríloquo, mas sua consciência de classe cresce. Ele precisa descer do muro. Tem que escolher um lado. Para enfrentar os desafios do novo e vencer o inimigo, Lange argumenta, divergindo educadamente de Marshall, que a *coragem revolucionária* é a qualidade mais importante para esse economista. “O socialismo não é uma política econômica para os tímidos” (Lange, 1937, p. 135).

4.4 O apêndice: guia de referências

O artigo “On the economic theory of socialism” termina com um apêndice polêmico (Lange, 1937, p. 136- 142). Nele, Lange apresenta um guia de referências, buscando comparar a solução para o problema de alocação de recursos baseada na teoria econômica neoclássica (que ele chama de teoria econômica moderna) com a proposta de solução elaborada por alguns líderes do movimento socialista. Ao longo de todo o texto principal, o público-alvo da escrita de Lange era “o economista”. Mas agora, neste apêndice, que leva o título “A alocação dos recursos sob o socialismo na literatura marxista”, ele se dirige numa espécie de epílogo ao leitor. O intuito é convencer o “socialista” de que o problema de alocação de recursos detalhadamente estudado pelos “economistas” é crucial para construir com sucesso o sistema de contabilidade do socialismo.

Em relação a Karl Marx, Lange demonstra que ele estava ciente da necessidade de se estabelecer um novo sistema de contabilidade. Ele aponta para duas passagens: uma referente à economia do Robinson Crusoe na seção 4 do capítulo 1 do livro I do *Capital* e outra contida na carta a Kugelmann de 1868. Nos dois casos, Marx explica que a contabilidade de um sistema econômico não mercantil precisa ocorrer, ainda que ela esteja submetida a outros propósitos que não a lógica autodeterminante que gera o movimento infinito de acumulação capitalista, e usa o tempo de trabalho como “o” recurso que deve ser alocado.

Lange (1937, p. 138) é da opinião de que Marx não conseguiu apresentar uma solução satisfatória, devido à sua insistência em resolver o problema usando exclusivamente a teoria do valor trabalho. Ao apontar para uma deficiência em Marx, Lange não quer dizer que seja impossível encontrar uma solução que tome a teoria do valor trabalho como base, mas apenas que “a questão da utilidade (ou da demanda) não pode ser evitada” (Lange, 1937, p. 138), deixando implícito que alguma complementação precisa vir da teoria do valor antagônica, a teoria do valor utilidade. Lange chega a admitir que Marx estava ciente do papel da utilidade na determinação da demanda,

apontando para o livro 3 do *Capital*, mas acredita que, “não muito diferente de Ricardo, ele não foi capaz de achar uma expressão funcional clara para a lei da demanda” e que, portanto, “as limitações de Marx e Engels são aquelas dos economistas clássicos” (Lange, 1937, p. 138).¹⁰ Não é que Lange rejeite a teoria do valor trabalho por ela estar errada, mas sim que é necessário complementá-la com algo a mais para suprir uma lacuna.¹¹

Em seguida, Lange comenta dois trabalhos de Karl Kautsky, uma aula de 1902 chamada “O dia após a revolução” (conforme a nota de Lange, 1937, p. 138), “publicada como uma segunda parte do livreto *The Social Revolution* (citado de acordo com a edição de Kerr, Chicago, 1910)”, e o seu livro *The Labour Revolution* de 1922 (cujo título original em alemão é *Die proletarische Revolution und ihr Programm*). Lange mostra que, na visão de Kautsky, o dinheiro e os preços também precisam existir em uma economia socialista, caso se queira garantir liberdade de escolha no consumo e na ocupação. A abolição do dinheiro, portanto, não pode ser uma das metas do movimento socialista, a não ser em dois casos especiais: o da economia natural (que Kautsky rejeita) e o de uma economia em que todas as mercadorias se tornam bens livres. Conforme o relato de Lange, apoiado em diversas passagens dessas duas obras deste que foi um dos mais influentes teóricos do socialismo após a morte de Engels, Kautsky sabia do problema que veio a ser massivamente popularizado pelo desafio e que as soluções levantadas pelos socialistas até os anos 1920 precisavam ser aperfeiçoadas.

E León Trotsky? Para expor que “o crítico da política econômica soviética” (Lange, 1937, p. 141) também reconhecia a importância de se construir um sistema contábil próprio para garantir o sucesso do socialismo, Lange cita

¹⁰ É importante notar que, no contexto do problema da contabilidade, Lange está preocupado somente com a dimensão quantitativa da teoria do valor, tratando-a como se fosse uma quase-teoria de preços. Esse é, na minha opinião, o único modo de justificar tal aproximação entre Marx e os clássicos.

¹¹ De acordo com Lange, essas limitações da teoria do valor trabalho parecem ter sido reconhecidas por Friedrich Engels. Apontando para um trecho de sua obra *Anti-Dühring*, Lange defende uma interpretação generosa em que a solução moderna fundamentada na utilidade marginal fica contida no texto de Engels.

uma passagem relativamente longa de *Soviet Economy in Danger* (Pioneer Publishers, New York, 1932, p. 29-30). Ali, Trotsky ilustra como é insensato achar que a burocracia tem à sua disposição a mente universal que poderia “elaborar *a priori* um plano econômico exaustivo, começando com o número de hectares de trigo e indo até o último botão de um colete” (Trotsky *apud* Lange, 1937, p. 140), de modo que ela precisa de fato de um mecanismo realista para averiguar a conveniência econômica de variados projetos alternativos, justamente como procede um escritório quando realiza cálculos comerciais.

Por fim, Lange (1937, p. 141) usa um trecho curto registrado em um relatório sobre o trabalho do comitê central do partido comunista da União Soviética de 1937,¹² onde Stalin, se referindo a uma certa “tagarelice esquerdista”, critica a perspectiva de que o fim do dinheiro estaria logo à frente. Seu aviso é que o dinheiro estará presente por muito tempo, até que se possa prosseguir para a próxima etapa, aludindo à passagem do socialismo ao comunismo.

Essa diferenciação das etapas do processo de transição é então usada por Lange como oportunidade de sintonizar o discurso voltado para o “socialista” com o discurso voltado para o “economista”. Referenciando o *Crítica ao Programa de Gotha*, Lange lembra que Marx fez menção à etapa mais avançada do processo. Nela, o princípio de organização social da produção e da distribuição é aquele em que cada membro da sociedade se apresenta para o trabalho de acordo com sua capacidade e requisita do fundo coletivo aquilo que necessita. Esse princípio se aproxima daquilo que Lange definiu como condição (C) nos seus modelos neoclássicos da Parte I de *On the economic theory of socialism*. O que determinava essa condição, conforme o caso em análise, que se afastava do caso de um mercado competitivo puro? Que a distribuição de renda vai se tornando cada vez mais divorciada do trabalho pelo indivíduo. A contrapartida entre o dar e o receber, amarrado

¹² Conforme referência elencada por Lange (1937, p. 141), trata-se do *Report on the work of the Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union made to the Seventeenth Party Congress held in Moscow, January 26 to February 10, 1937*.

pela lei do valor, vai se desfazendo, e trocas de outro tipo, não mercantis, preenchem o espaço que antes era ocupado pela sociabilidade mediada pela mercadoria.

A culminância do processo de transição, contudo, não é, na visão de Lange, a substituição completa desse tipo de sociabilidade para toda a economia. Em outras palavras: não existe liquidação integral da relação social mercadoria, mesmo na etapa mais avançada. O que ocorre é um movimento de aproximação assíntota em que a forma social mercadoria de um grupo parcial de bens em relação à totalidade dos bens do sistema econômico vai perdendo sentido devido ao acúmulo de mudanças quantitativas pequenas, mas que nunca chega a atingir o ponto limite de mudança de seu *status* qualitativo.

Retomando a ideia de bens livres já apontada por Kautsky, Lange (1937, p. 141) aponta para a retirada liberada do fundo comum chamada de “compartilhamento livre” [free sharing] por Bertrand Russell em seu livro *Roads to Freedom* de 1919. À primeira vista, esse sistema parece um sonho. No entanto, Lange explica, com ajuda da lógica argumentativa do arcabouço marginalista, que, se esse princípio da distribuição gratuita ficar restrito a somente uma parte das mercadorias, ele se torna plenamente factível:

A demanda por muitas mercadorias torna-se, a partir de certo ponto, bastante inelástica. Se o preço de tal mercadoria estiver abaixo e a renda do consumidor estiver acima de um certo mínimo, a mercadoria é tratada pelo consumidor *como se* fosse um bem livre. A mercadoria é consumida em tal quantidade que o desejo que ela satisfaz está perfeitamente *saturado*. (Lange, 1937, p. 141)

Para ilustrar a situação para o leitor-interlocutor “socialista”, Lange dá exemplos de itens de consumo doméstico de pessoas abastadas como o sal, o pão, o aquecimento no inverno e o sabão. A ideia é que, quando a diferença entre o orçamento disponível e os preços das mercadorias em questão é suficientemente grande, elas podem ser tratadas como se fossem bens livres, apesar de não o serem formalmente. Na linguagem do leitor-interlocutor

“economista”, Lange escreve que essas pessoas “não param de comer pão no ponto em que a utilidade marginal de uma fatia é igual à utilidade marginal de seu preço, nem diminuem o calor em virtude de uma consideração semelhante” porque “a demanda por muitas mercadorias torna-se, a partir de certo ponto, bastante inelástica” (Lange, 1937, p. 141).

Lange salienta que certos serviços do setor de consumo já eram distribuídos por compartilhamento gratuito no próprio capitalismo daquele período, sendo seus custos de produção cobertos pela coletividade como um todo por tributação. Tais serviços são aqueles bens tradicionalmente fornecidos pelo setor público da economia, como educação e assistência médica. Havendo crescimento do sistema como um todo, tal setor também pode se expandir de modo que uma lista cada vez mais extensa de bens e serviços possa ser distribuída por compartilhamento livre. À medida que mais e mais daquelas necessidades de reprodução material e imaterial/cultural/simbólica consideradas pela sociedade como compatíveis com uma vida de qualidade forem sendo atendidas dessa maneira, Lange (1937, p. 142) argumenta, estaremos nos aproximando gradualmente da segunda fase do comunismo de Marx.

Portanto, na teoria de transição de Lange não há abolição da relação social mercadoria, nem do mercado. O que acontece é que um contingente crescente de valores de uso, sendo reproduzidos sob a forma social mercadoria, vão se transformando em bens livres por uma progressão quantitativa de encolhimento de seus preços, que somente alcança uma transformação qualitativa no plano da prática concreta de ignorar a relação jurídica formal que continua valendo para o valor de uso em questão. Quando o preço afunda o suficiente, o item pode deixar de ser tratado como uma mercadoria, e vem a ser livremente acessado, uma vez que o pagamento ao seu vendedor não faz diferença na prática. Notório é que tal processo não vai atingir a totalidade dos itens, mas deve abranger apenas um leque suficiente de bens e serviços que possibilitem a toda a população obter meios de subsistência considerados “normais” ou “socialmente justos” sem que seja necessário oferecer nada em troca, nem mesmo trabalho. Como se percebe,

esta situação já é uma realidade em pontos variados do sistema. O processo de transição requer apenas que essa ocorrência pulverizada seja abundantemente expandida de modo organizado.

5. Conclusão

O trabalho de Oskar Lange *On the economic theory of socialism* de 1936 e 1937 é uma fotografia importante dos momentos iniciais do seu projeto científico para construir um “marxismo neoclássico” na terminologia de Toporowski (2022).

A presente investigação conclui que Lange anuncia uma teoria da transição do capitalismo ao socialismo e ao comunismo a partir de um esforço de simbiose entre a escola neoclássica de economia e a complexidade dialética que envolve a crítica da economia política de Marx. Percebe-se que Lange, partindo da modelagem de equilíbrio de mercado perfeito dos livros-textos das primeiras décadas do século 20, busca desenvolver positivamente uma ciência econômica socialista e propriamente marxista, gerando inúmeras contradições, fragilidades e desencaixes. Justamente pelo fato do projeto de síntese de Lange permanecer polêmico, seus escritos requerem mais estudos críticos coletivos e não-dogmáticos que considerem tanto sua obra bibliográfica completa como sua trajetória política de militante comunista.¹³

Em especial, identificamos que o opúsculo *On the economic theory of socialism* contém uma camada metalinguística que passou despercebida até aqui na literatura. O narrador-escritor criou duas figuras interlocutoras a quem se dirige de forma retórica: o “economista” e o “socialista”. A interpretação aqui desenvolvida dá conta de que estas duas figuras não se entendem muito bem, mas que no fim, podem ser capas diferentes para um único e mesmo agente que enfrenta uma crise de identidade.

¹³ Para estudos recentes em português nessa linha, ver Lopes e Marin (2023) e Loncomilla (2024), e os trabalhos anteriores no Brasil da professora Lenina Pomeranz (1986) e do professor Luís Eduardo Simões de Souza (2005). Para o mais atual tratado biográfico focado na etapa acadêmica de Lange nos Estados Unidos, ver Lampa (2025).

Referências

- BARONE, E. Il ministro della produzione nello stato collettivista. *Giornale degli Economisti*, vol. 37, 267–93, 1908a
- BARONE, E. Il ministro della produzione nello stato collettivista (Continuazione). *Giornale degli Economisti*, vol. 37, 391–414, 1908b
- DICKINSON, H. D. Price formation in a socialist community. *The Economic Journal*, vol. 43, no. 170, 237–50, 1933
- HAYEK, F. A. The present state of the debate. In Hayek, F. A. (ed.). *Collectivist Economic Planning*, p. 201–44, London: Routledge & Kegan Paul, [1935] 1963
- KOWALIK, T.. Lange-Lerner Mechanism. In: Eatwell, J., Milgate, M., Newman, P. (eds) *Problems of the Planned Economy*. The New Palgrave. Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1007/978-1-349-20863-0_21, 1990
- LAMPA, R. Oskar Lange: *An Academic Biography*. Palgrave Macmillan, 2025
- LANGE, O. On the economic theory of socialism: part one. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, no. 1, 53–71, 1936
- LANGE, O. On the economic theory of socialism: part two. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, no. 2, 123–42, 1937
- LANGE, O. Sobre a teoria econômica do socialismo. *Jacobina*. 03/09/2023, tradução: Tiago Camarinha Lopes, Everton Lourenço e Davi Pacheco, <https://jacobin.com.br/2023/09/sobre-a-teoria-economica-do-socialismo/>, [1936] 2023
- LANGE, O. *Political Economy. Vol. I. General Problems*. Oxford: Pergamon Press, [1959] 1963
- LANGE, O. *Moderna Economia Política. Problemas Gerais*. Tradução: Pedro Lisboa. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, [1959] 1963b
- LERNER, A. Economic theory and socialist economy. *The Review of Economic Studies*, vol. 2, no. 1, 51–61, 1934
- LERNER, A. A note on socialist economics. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, no. 1, 72–76, 1936
- LERNER, A. Statics and dynamics in socialist economics. *The Economic Journal*, vol. 47, no. 186, 253–70, 1937
- LERNER, A. Theory and practice in socialist economics. *The Review of Economic Studies*, vol. 6, no. 1, 71–75, 1938
- LONCOMILLA, G. V. M. A centralidade tecno-científica na configuração da economia socialista: diálogos possíveis entre Oskar Lange e Che Guevara. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 68, pp. 107–132. <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1077>, 2024
- LOPES, T. C. e MARIN, L. H. C. A gênese da antropofagia Langeana. *Economia & Sociedade*, vol. 32, n.3 (79), pp. 529–553. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2023v32n3art02>, 2023
- MENGER, C. *Principles of Economics*. New York, Free Press, [1871] 1950
- MISES, L. von. Economic calculation in the socialist commonwealth. In Hayek, F. A. (ed.), *Collectivist Economic Planning*, pp. 87–130, London: Routledge & Kegan Paul, [1920] 1935
- POMERANZ, L. Apresentação. In: LANGE, O. *Ensaio sobre planificação econômica*. Tradução: Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1986
- ROBBINS, L. *The Great Depression*. London, Macmillan, 1934
- SCHUMPETER, J. A. *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Berlin: Duncker & Humblot, [1908] 1998

- SOUZA, L. E. S. Oskar Lange, a ciência e a planificação econômica. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 3, p. 75-88, 2005.
- SRAFFA, P. *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*. São Paulo: Abril Cultural, tradução: Elizabeth Machado de Oliveira, [1960] 1985
- TAYLOR, F. M. The guidance of production in a socialist state. *The American Economic Review*, vol. 19, no. 1, 1-8, 1929
- TOPOROWSKI, J. O marxismo neoclássico de Oskar Lange revelou os limites do capitalismo. *Jacobina*, 03 de novembro de 2022, tradução: Tiago Camarinha Lopes <https://jacobin.com.br/2022/11/o-marxismo-neoclassico-de-oskar-lange-revelou-os-limites-do-capitalismo/>, 2022
- WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Nova Cultural, tradução: João Guilherme Vargas Netto, [1874] 1988
- WEBER, I. *Como a China escapou da terapia de choque?* São Paulo: Boitempo, tradução: Diogo Fernandes, 2023
- WICKSTEED, P. *The Commonsense of Political Economy, including a Study of the Human Basis of Economic Law*. London: Macmillan. <https://oll.libertyfund.org/titles/wicksteed-the-commonsense-of-political-economy>, 1910